



Bruxelas, 19 de novembro de 2018
(OR. en)

13824/18

COASI 259
ASIE 60
CFSP/PESC 1051
CSDP/PSDC 661
RELEX 968
COHOM 144
COTER 161
DEVGEN 212
WTO 295
MIGR 191
TRANS 553
CLIMA 226
CONOP 105
COPS 435

RESULTADOS DOS TRABALHOS

de: Secretariado-Geral do Conselho

para: Delegações

n.º doc. ant.: 13822/18

Assunto: Paquistão

– Conclusões do Conselho (19 de novembro de 2018)

Junto se enviam, à atenção das delegações, as conclusões do Conselho sobre o Paquistão, adotadas pelo Conselho na sua 3652.ª reunião, realizada em 19 de novembro de 2018.

Conclusões do Conselho sobre o Paquistão

1. A UE congratula-se com a realização das eleições gerais de julho de 2018, apesar da difícil conjuntura. A UE louva as melhorias efetuadas no quadro jurídico eleitoral, em conformidade com algumas das recomendações da missão de observação eleitoral da UE (MOE UE) de 2013. Lamenta, porém, que a MOE UE de 2018 não tenha podido exercer o seu mandato de forma adequada. A UE incentiva as autoridades paquistanesas a terem em conta o relatório final da MOE UE de 2018 e as suas recomendações para colmatarem as lacunas identificadas e melhorarem o sistema eleitoral.
2. A UE está disposta a dialogar com o novo Governo do Paquistão para apoiar os seus esforços no sentido de promover reformas socioeconómicas, garantir o acesso à educação e combater a pobreza e a desigualdade através da boa governação e do respeito pelo Estado de direito.
3. A promoção e a defesa dos direitos humanos e do Estado de direito constituem elementos essenciais do relacionamento da UE com o Paquistão. O Conselho insta o Paquistão a honrar os seus compromissos internacionais e a não se poupar a esforços nesse sentido. A UE chama particularmente a atenção para a liberdade de religião ou de convicção, os abusos da lei sobre a blasfémia, a liberdade de expressão e os média, a redução do espaço da sociedade civil, os direitos das pessoas pertencentes a minorias e o pleno usufruto dos direitos humanos por parte de mulheres e crianças. A UE encoraja o Governo a respeitar e defender plenamente os direitos humanos. Uma sociedade civil e um meio académico dinâmicos desempenham um papel importante na promoção de uma sociedade democrática, transparente e responsabilizável, e no apoio a essa sociedade. A UE encoraja vivamente o Paquistão a restabelecer a moratória, como um primeiro passo no sentido da abolição da pena de morte. A UE continuará a apoiar o Paquistão no cumprimento integral das suas obrigações em matéria de direitos humanos, no reforço da sua democracia e na defesa do Estado de direito.

4. A UE também continua a ser um parceiro forte do Paquistão no encalço do desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a UE reconhece o importante papel desempenhado pelas ONG internacionais e o seu contributo para o objetivo maior de tornar o Paquistão uma sociedade onde todas as vozes possam encontrar um espaço significativo. A UE registou com preocupação as restrições impostas a várias ONG (internacionais) que trabalham em projetos de cooperação no Paquistão e incentiva o Governo paquistanês a encontrar uma solução que facilite o seu registo e lhes permita exercer as suas atividades.
5. Sendo um dos parceiros comerciais mais importantes do Paquistão, a UE está convencida de que este precisa de diversificar as suas exportações para maximizar o valor acrescentado do regime especial de incentivo ao desenvolvimento sustentável e à boa governação e o seu impacto positivo na economia do país. Continuam a ser indispensáveis progressos significativos na aplicação das 27 convenções internacionais no âmbito do regime especial de incentivo ao desenvolvimento sustentável e à boa governação para dar continuidade à cobertura ao abrigo do regime pautal preferencial. No que respeita às condições das trocas comerciais e às condições de investimento, a UE encoraja o Paquistão a superar os desafios estruturais que persistem e a melhorar a facilidade em fazer negócios. Assegurar condições de concorrência equitativas para as empresas estrangeiras e os investimentos no Paquistão deverá ser uma prioridade.
6. A UE deseja reforçar a cooperação no domínio da segurança e defesa e regista com satisfação o reatamento do diálogo neste domínio e a realização de diálogos anuais sobre a luta contra o terrorismo e sobre a não proliferação e o desarmamento. O Conselho salienta a importância do compromisso político, assumido a alto nível pelo Paquistão, de trabalhar com o Grupo de Ação Financeira (GAF), nomeadamente através do plano de ação a implementar até setembro de 2019, e de reforçar e aplicar as suas políticas de luta contra o financiamento do terrorismo e o branqueamento de capitais. A UE incentiva igualmente o Paquistão a envidar todos os esforços para alcançar os mais elevados padrões de segurança e proteção nuclear possíveis, bem como a desempenhar um papel construtivo nos debates multilaterais sobre desarmamento, e a ratificar ou aderir aos tratados e iniciativas pertinentes em matéria de não proliferação, tais como o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares.

7. O Conselho sublinha a grande importância que atribui à cooperação reforçada com o Paquistão no domínio da migração, nomeadamente para que haja progressos em matéria de regresso e readmissão acelerados, de reintegração dos repatriados e de luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos, conforme acordado no Acordo de Readmissão UE-Paquistão, que deverá ser aplicado efetivamente. Tendo registado o anúncio feito pelo primeiro-ministro do Paquistão em setembro de 2018, o Conselho incentiva o país a tomar medidas concretas para melhorar o estatuto jurídico dos refugiados afegãos no seu território. A UE apoia uma abordagem global, que cumpra o direito internacional e respeite plenamente os direitos humanos, para resolver a situação dos nacionais afegãos deslocados.
8. A UE espera continuar a trabalhar com o Paquistão na promoção da cooperação regional inclusiva, designadamente através da SAARC. A UE encoraja vivamente o Paquistão a reforçar a sua participação em iniciativas construtivas para apoiar a paz no Afeganistão e a intensificar a sua cooperação com os países vizinhos, o que contribuiria para a estabilidade regional. O Paquistão tem de garantir que o seu território não é utilizado como um refúgio por organizações terroristas e pelas suas redes. A UE congratula-se com o diálogo bilateral entre o Afeganistão e o Paquistão e com as iniciativas destinadas a promover o diálogo entre as autoridades religiosas dos dois países, e apela à implementação do Plano de Ação Afeganistão-Paquistão para a Paz e a Solidariedade (APAPS). Embora incida principalmente no desenvolvimento e nas reformas em matéria de governação do Afeganistão, a próxima Conferência Ministerial de Genebra de 27 e 28 de novembro de 2018 constitui uma boa oportunidade para o Paquistão reafirmar o seu apoio político à paz e à estabilidade no Afeganistão. Além disso, a UE apela ao Paquistão e à Índia para que reatem o diálogo bilateral para dirimirem pacificamente todas as questões pendentes.
9. Em conformidade com as conclusões do Conselho de outubro de 2018 sobre a ligação entre a Europa e a Ásia, a UE espera dialogar com o Paquistão sobre a conectividade sustentável como um contributo positivo para a estabilidade, a prosperidade e o desenvolvimento regionais. O Conselho salienta a importância de promover uma conectividade que seja sustentável dos pontos de vista ambiental, social e orçamental e que seja global e baseada em regras, e de proporcionar uma infraestrutura de qualidade baseada nas normas internacionais.

10. O Conselho reconhece a vulnerabilidade do Paquistão às alterações climáticas e incentiva o seu Governo a redobrar de esforços para aplicar integral e rapidamente o Acordo de Paris.
 11. A UE espera reforçar o seu quadro de relacionamento com o Paquistão, através da assinatura do novo plano de colaboração estratégica UE-Paquistão na primeira ocasião possível. O Conselho solicita à alta representante e à Comissão Europeia que o informem periodicamente sobre a aplicação do referido plano.
-